

**INSTITUTO SOCIAL MAIS SAÚDE - CONSOLIDADO**  
**CNPJ 18.963.002/0001-41**  
**Balanco Patrimonial**  
**Do exercicio findo em 31 de dezembro de 2023**  
**(Em Reais)**

<b>Ativo</b>				<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022		Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	2.2 (a) / 3	37.032.116	23.547.228	Fornecedores	2.2/8	78.872.758	78.480.424
Remuneração de Contratos Receber	2.2 (b) 4	348.106.426	342.235.869	Obrigações trabalhistas	2.2/10	20.840.266	17.906.996
Impostos a recuperar		141.386	121.644	Obrigações fiscais	2.2/9	5.371.693	5.608.387
Outros valores a receber		2.047.245	3.671.675	Provisões trabalhistas	2.2/11	12.124.445	10.742.878
Estoques	5	14.065.899	23.371.628	Recursos de Contratos de Gestão	12	300.602.426	320.094.164
Adiantamentos		1.245.460	574.170	Estoques de terceiros		962.611	3.621.002
		<b>402.638.532</b>	<b>393.522.214</b>	Contas a pagar		2.637.821	2.550.221
						<b>421.412.020</b>	<b>439.004.072</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Depósitos Judiciais		365.059	140.085	Outros valores a pagar		2.114.749	8.517.960
Contratos Anteriores a Receber	6	46.317.367	52.882.838	Fornecedores Processos judiciais	2.2(b)/13	24.173.098	-
Remuneração de Contrato Gestão	2.2 (b) 4	217.139.893	191.155.141	Valores a pagar empréstimos	2.2(b)	1.206.330	-
				Provisão com Empregado	2.2(b)	172.304	-
Imobilizado	2.2(b)/7	763.729	1.099.825	Obrigações a longo prazo	2.2(b)	-	122.929
		<b>264.586.048</b>	<b>245.277.889</b>	Recurso de projetos	2.2(b)/12	217.175.873	191.155.142
				Valores a pagar parcelamentos	2.2(b)	970.206	-
						<b>245.812.560</b>	<b>199.796.031</b>
<b>Compensação Ativo</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Bens de terceiros em nosso poder		95.611.190	45.212.395	Superavits/Deficits Acumulados		-	-
		<b>95.611.190</b>	<b>45.212.395</b>				
<b>Compensação Passivo</b>				<b>Compensação Passivo</b>			
Bens de terceiros em nosso poder	2.2 (b)	95.611.190	45.212.395	Bens de terceiros em nosso poder	2.2 (b)	95.611.190	45.212.395
		<b>95.611.190</b>	<b>45.212.395</b>			<b>95.611.190</b>	<b>45.212.395</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>762.835.770</b>	<b>684.012.498</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>762.835.770</b>	<b>684.012.498</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

CARLA SOARES ALVES  
 FUNÇÃO: DIRETORA PRESIDENTE  
 RG: 30.171.370-4  
 CPF: 269.127.118-80

FELIPE JOSÉ DA SILVA JUNIOR  
 Reg. CRC - SP N°1SP29724906  
 CPF: 273.869.828-01



**INSTITUTO SOCIAL MAIS SAÚDE - CONSOLIDADO**

CNPJ 18.963.002/0001-41

**Demonstração do Resultado**

Do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Em Reais)

Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receitas operacionais</b>		
Receitas para Custeio	639.436.277	501.538.361
(-) Glosas de Repasse		
<b>Receita líquida</b>	<b>639.436.277</b>	<b>501.538.361</b>
<b>(-) Custos com saúde</b>	<b>(595.961.089)</b>	<b>(497.134.814)</b>
Salários e ordenados	(148.121.831)	(105.787.624)
Serviços terceiros	(320.086.120)	(281.298.629)
Materias e medicamentos	(127.753.138)	(110.048.561)
<b>(=) Resultado bruto</b>	<b>43.475.188</b>	<b>4.403.547</b>
<b>Receitas e despesas gerais</b>		
Despesas administrativas e gerais	(40.398.362)	(31.425.561)
Impostos e taxas	(1.999.463)	(1.965.059)
Outras receitas	3.101.002	314.478
Provisões trabalhistas	(23.759.604)	(18.912.892)
Provisões para Contingências	(1.273.834,00)	-
	<b>(64.330.261)</b>	<b>(51.989.034)</b>
<b>(=) Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>(20.855.073)</b>	<b>(47.585.487)</b>
Receitas financeiras	18.598.560	3.034.954
Despesas financeiras	(1.338.890)	(539.859)
<b>(=) Superavit (Deficit) do exercício</b>	<b>(3.595.403)</b>	<b>(45.090.392)</b>
Reequilíbrio Financeiro	3.595.403	45.090.392
<b>(=) Resultado do Exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

\_\_\_\_\_  
CARLA SOARES ALVES  
FUNÇÃO: DIRETORA PRESIDENTE  
RG: 30.171.370-4  
CPF: 269.127.118-80

\_\_\_\_\_  
FELIPE JOSÉ DA SILVA JUNIOR  
Reg. CRC - SP N° 1SP29724906  
CPF: 273.869.828-01



**Demonstração do valor adicionado**  
**Do exercício findo em 31 de dezembro de 2023**  
**(Em Reais)**

	31/12/2023	31/12/2022
<b>1 Receitas</b>	<b>661.135.839</b>	<b>504.887.793</b>
1.1 Receitas de custeio	639.436.277	501.538.361
1.1.1 (-) Glossas sobre repasses		
1.2 Receitas financeiras	18.598.560	314.478
1.3 Receitas com doações	3.101.002	3.034.954
<b>2 Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(488.237.620)</b>	<b>(422.772.751)</b>
2.1 Materiais consumidos	(127.753.138)	(110.048.561)
2.2 Despesas de consumo	(22.601.919)	(17.157.278)
2.3 Serviços contratados de terceiros	(320.086.120)	(281.298.629)
2.4 Despesas gerais operacionais	(17.796.443)	(14.268.283)
2.5 Despesas com veículos		
<b>3 Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>172.898.219</b>	<b>82.115.042</b>
<b>4 Distribuição do valor adicionado</b>	<b>(176.493.622)</b>	<b>(127.205.535)</b>
<b>4.1 Despesas com pessoal</b>	<b>(148.121.831)</b>	<b>(105.787.725)</b>
4.1.1 Remuneração de pessoal	(106.550.966)	(74.172.159)
4.1.2 Benefícios	(1.867.105)	(1.414.934)
4.1.3 Encargos sociais	(39.703.760)	(28.514.738)
4.1.4 Remuneração de pessoal s/vínculo		(1.685.894)
<b>4.3 Impostos e taxas</b>	<b>(1.999.463)</b>	<b>(1.965.059)</b>
4.3.2 Impostos e taxas diversas	(1.999.463)	(1.965.059)
<b>4.4 Despesas financeiras</b>	<b>(1.338.890)</b>	<b>(539.859)</b>
4.3.2 Despesas financeiras	(1.338.890)	(539.859)
<b>4.6 Provisões</b>	<b>(25.033.438)</b>	<b>(18.912.892)</b>
4.6.1 Provisões Trabalhistas	(23.759.604)	(18.912.892)
4.6.2 Provisões de Contingências	(1.273.834,00)	
<b>5 Financiadores</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
5.1 Juros	-	-
5.2 Aluguéis	-	-
<b>6 Valor total distribuído</b>	<b>(176.493.622)</b>	<b>(127.205.535)</b>
<b>7 Déficit</b>	<b>(3.595.403)</b>	<b>(45.090.493)</b>
<b>8 Equilíbrio Financeiro</b>	<b>3.595.403</b>	<b>45.090.493</b>
<b>Déficit</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**INSTITUTO SOCIAL MAIS SAÚDE - CONSOLIDADO**  
**CNPJ 18.963.002/0001-41**  
**Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto**  
**Do exercício findo em 31 de dezembro de 2023**  
**(Em Reais)**

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Resultado do exercício	-	-
<b>Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo</b>		
Redução / Aumento de Remuneração de Convênio a Receber	(5.870.557)	(58.226.183)
Redução / Aumento de Impostos a recuperar	(19.742)	(651.909)
Redução / Aumento de Outros valores a receber	1.624.430	8.976.524
Redução / Aumento de Estoques	9.305.729	(11.421.247)
Redução / Aumento de Adiantamentos	(667.776)	(398.221)
Redução / Aumento de Outros Créditos	(3.227)	-
Redução / Aumento de Despesas antecipadas	(287)	(75.144)
Redução / Aumento de Depósitos Judiciais	(224.974)	-
Redução / Aumento de Contratos Anteriores a Receber	6.565.471	(18.015.986)
Redução / Aumento de Remuneração de Convênio a Receber	(25.984.752)	-
Redução / Aumento de Fornecedores	392.334	32.677.921
Redução / Aumento de Obrigações Trabalhistas	(3.061.839)	7.956.464
Redução / Aumento de Obrigações Fiscais	(3.643.570)	(768.780)
Redução / Aumento de Provisões Trabalhistas	1.381.567	4.986.604
Redução / Aumento de Recursos de Contratos de Gestão	(19.491.738)	40.275.770
Redução / Aumento de Estoque de terceiros	(2.658.391)	-
Redução / Aumento de Outras contas a pagar	(160.999)	8.488.567
Redução / Aumento de Outros Valores a Pagar	(6.568.151)	-
Redução / Aumento de Fornecedores - Processos judiciais	23.971.601	-
Redução / Aumento de Valores a pagar - empréstimo	1.206.330	-
Redução / Aumento de Contas a pagar	413.540	-
Redução / Aumento de Obrigações com empregados	5.995.108	-
Redução / Aumento de Impostos a pagar	3.406.876	-
Redução / Aumento de Provisão com Empregado	172.304	-
Redução / Aumento de Obrigações a longo prazo	(122.929)	-
Redução / Aumento de Recursos de Projetos	26.020.731	-
Redução / Aumento de Valores a pagar - Parcelamento	970.206	-
Redução / Aumento de Bens Patrimoniais em nosso Poder	-	(22.841.740)
	<b>12.947.295</b>	<b>(9.037.360)</b>
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>12.947.295</b>	<b>(9.037.360)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento:</b>		
Imobilizado	336.096	(18.454.224)
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>336.096</b>	<b>(18.454.224)</b>
<b>Aumento/(redução) líquida de caixa</b>	<b>13.283.391</b>	<b>(27.491.584)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23.547.228	51.038.812
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	37.032.116	23.547.228
<b>Aumento/(redução) líquida de caixa</b>	<b>13.484.888</b>	<b>(27.491.584)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

CARLA SOARES ALVES  
 FUNÇÃO: DIRETORA PRESIDENTE  
 RG: 30.171.370-4  
 CPF: 269.127.118-80

FELIPE JOSÉ DA SILVA JUNIOR  
 Reg. CRC - SP Nº1SP29724906  
 CPF: 273.869.828-01



## INSTITUTO SOCIAL MAIS SAÚDE

**Consolidado**  
**C.N.P.J. 18.963.002/001-41**

**(Em reais)**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

#### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

**O INSTITUTO SOCIAL MAIS SAÚDE** pessoa jurídica de direito privado, constituída em 19/09/2013, com fins não econômicos, social, de saúde, interesse coletivo, com autonomia administrativa e financeira que se rege por estatuto social. Possuindo como Missão a realização de Gestão de Unidades de Saúde com qualidade, economicidade e humanização. Atuando na Gestão de Saúde, tendo como principais objetivos:

- Elaborar, executar e/ou viabilizar projetos para a promoção da saúde, do desenvolvimento sustentável e da cidadania empresarial na área da saúde;
- Promover a educação na área da saúde, por meio da difusão de conceitos, direitos e práticas da saúde para crianças, jovens, adultos e idosos para uma vida mais saudável;
- Promover os direitos à saúde e prestar assistência à comunidade para o exercício desses direitos;
- Promover a assistência à saúde;
- Desenvolver e/ou apoiar o desenvolvimento de estudos e pesquisas científicas nas áreas de medicina comunitária, social, ambiental, entre outras;
- Colaborar com entidades públicas, privadas e o terceiro setor no planejamento e execução de projetos nas áreas de saúde, sanitária e de sustentabilidade;
- Apoiar e participar da elaboração de políticas públicas e de projetos de lei que envolva tema de saúde e sustentabilidade;
- Promover ações em defesa do direito à informação e acesso à saúde.

#### **CONTRATOS DE GESTÃO**

A operacionalização, administração e gestão, de acordo com estrutura administrada da entidade, compreendem as seguintes unidades:

##### **UNIDADE DE BARÃO DE COCAIS – MINAS GERAIS**

Em 15 de junho de 2023 a entidade assinou contrato de gestão nº 006-002/2023 para a gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Hospital Waldemar das Dores.



O prazo de vigência do presente contrato de gestão será de 04 (quatro) meses, podendo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93, de acordo com o interesse da Administração Municipal. O repasse mensal dos valores à CONTRATADA fica estimado máximo de R\$ 1.852.159,47 (um milhão, oitocentos e cinquenta e dois mil reais, cento e cinquenta e nove reais e quarenta e sete centavos).

1º termo aditivo: foi assinado em 11/07/2023 que se constitui na Inclusão de disposição transitória relativa à Cláusula 8ª do Contrato, relativo aos repasses realizados em favor da Contratada, durante o mês de julho/2023, cujo pagamento será dividido em três parcelas/mês, sendo a primeira parcela fixa (1/3), a ser paga no dia 11/07, a segunda parcela fixa (1/3), a ser paga no dia 20/07, e a terceira parcela variável (máximo de 1/3) do valor mensal, referente a execução dos serviços do mês anterior a ser paga no dia 30/07.

2º termo aditivo: foi assinado em 11/07/2023 que prorroga a vigência contratual por mais 44 (quarenta e quatro) dias, encerrando-se em 28 de novembro de 2023, e alteração de preço mensal de R\$1.852.159,41 (um milhão, oitocentos e cinquenta e dois mil e cento e cinquenta e nove reais e quarenta e um centavos) para R\$ 1.722.538,65 (um milhão, setecentos e vinte e dois mil e quinhentos e trinta e oito reais e sessenta e cinco centavos),

acrescido do valor mensal R\$ 76.955,62 (setenta e seis, novecentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e dois centavos) para contemplação do piso nacional de enfermagem.

A instituição negocia com o ente público a quitação de todos os ativos e passivos remanescentes após o término do contrato. Esse trabalho implica em diferenciar o que de fato é déficit e o que foi gasto excedente por parte da instituição.

### **UNIDADE DE DOURADOS – MATO GROSSO DO SUL**

Em 05 de junho de 2020 a entidade assinou o contrato de gestão nº 002/2020 para a gestão e execução das atividades de saúde do Hospital Regional de Cirurgias da Grande Dourados, em regime de 24h/dia, assegurando assistência universal, gratuita e equânime aos usuários do SUS.

O prazo de vigência do presente contrato de gestão será de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93, de acordo com o interesse da Administração Municipal.

1º Termo de Apostilamento ao contrato de gestão nº 02/2022 – GCONT 13538: Modificação unilateral do Contrato de Gestão, por parte da Administração, visando o reajuste anual em 8,73% (segundo FIPE-Saúde), correspondente ao valor de R\$62.490,68, com efeitos financeiros a partir de 05 de junho de 2021. Do qual passa o valor de repasse mensal para R\$ 778.306,08. Início de vigência em 05/06/2021 e finalizada junto ao contrato de gestão nº 02/2022 – GCONT 13538.

5º Termo aditivo ao contrato de gestão nº 02/2022 – GCONT 13538: Rescisão do 4º Termo Aditivo. Definição do Cronograma para alcance das metas de produção de internação hospitalar e atendimento ambulatorial, com manutenção do valor financeiro, para retomada progressiva das cirurgias eletivas no HRCGD. Início de vigência em 05/08/2021 e finalizada junto ao contrato de gestão nº 02/2022 – GCONT 13538.

6º Termo aditivo ao contrato de gestão nº 02/2022 – GCONT 13538: Revisão das metas quantitativas do Contrato de Gestão e requalificação dos procedimentos cirúrgicos oferecidos, com ajuste de valor contratado, com acréscimo de R\$ 333.136,64, do qual perfaz o valor total do repasse mensal em R\$ 1.111.442,72. Início de vigência em 01/01/2022 e finalizada junto ao contrato de gestão nº 02/2022 – GCONT 13538.

9º Termo aditivo ao contrato de gestão nº 02/2022 – GCONT 13538: Previsão de recursos para custeio de acréscimo de 60 cirurgias por mês nas seguintes especialidades e divisões: 20 cirurgias gerais - colecistectomia, 10 cirurgias ginecológicas por vídeo, 4 cirurgias de ginecologia – histerectomia por vídeo, 4 cirurgias ortopédicas - menisco, 8 cirurgias ortopédicas - LCA e 14 cirurgias ortopédicas - manguito, com vigência até o término do contrato prevista para 04/06/2025, valor investido de R\$ 320.056,32. Início de vigência em 22/06/2023 e finalizada em 04/06/2025.

10º Termo aditivo ao contrato de gestão nº 02/2022 – GCONT 13538: Repasse em parcela única no valor de R\$ 113.774,00 (cento e treze mil, setecentos e setenta e quatro reais), correspondente ao ressarcimento do pagamento retroativo dos dissídios coletivos de 2022, das categorias de enfermagem, farmacêuticos e demais categorias da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT/22), conforme Ofício nº 019/2023-ISMS/Dourados.

11º Termo aditivo ao contrato de gestão nº 02/2022 – GCONT 13538: Reequilíbrio financeiro do Contrato de Gestão nº 02/2020, utilizando-se o índice oficial FIPE-SAÚDE de 8,32% do período de março/2022 a março/2023, no valor mensal de R\$ 92.472,03 (noventa e dois mil, quatrocentos e setenta e dois reais e três centavos), a contar do mês de maio/2023. Início de vigência em 01/05/2023 e finalizada junto ao contrato de gestão nº 02/2022 – GCONT 13538.

### **UNIDADE DE ABELARDO – PARÁ**

CONTRATO DE GESTÃO – Em 30 de setembro de 2021 a entidade assinou o contrato de gestão nº 005/SESPA/2021, processo administrativo nº 2021/656873-SESPA, tendo como objeto o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde, no Hospital Regional Público Dr. Abelardo Santos, com a pactuação de indicadores de qualidade e resultados, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, assegurando assistência universal e gratuita, exclusiva aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, observando os princípios expressos no art. 198 da CF e art. 7º da Lei federal 18.080/90.

O prazo de vigência do presente contrato de gestão é de 5 (cinco) anos sendo renovado a cada 12 (doze) meses, iniciando em 07 de outubro de 2021, essa renovação acontece no interesse de ambas as partes, mediante parecer favorável da Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93, de acordo com o interesse da administração municipal. A prorrogação de prazo contratual ocorreu no ato do 3º TERMO ADITIVO (Processo N° 2022/983803) com prorrogação da vigência do Contrato, por mais 12(doze) meses, iniciando em 08/10/2022 à 07/10/2023. O prazo de vigência do presente contrato de gestão é de 5 (cinco) anos sendo renovado a cada 12 (doze) meses, iniciando em 07 de outubro de 2021, essa renovação acontece no interesse de ambas as partes, mediante parecer favorável da Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei Federal 8.666/93, de acordo com o interesse da administração municipal. A prorrogação de prazo contratual ocorreu no ato do 9º TERMO ADITIVO (Processo N° 2023/663708) com prorrogação da vigência do Contrato, por mais 12(doze) meses, iniciando em 08/10/2023 à 07/10/2024.

Podendo ser prorrogado por períodos sucessivos no interesse de ambas as partes, mediante parecer favorável da Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA

### **UNIDADE DE CASTELO DOS SONHOS – PARÁ**

Em 23 de dezembro de 2020 a entidade assinou o Contrato de Gestão nº 010/SESPA/2020, processo administrativo nº 2020/734299, tendo como objeto o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde a serem desenvolvidas no Hospital Geral Público Castelo dos Sonhos, com a pactuação de indicadores de qualidade e resultados, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia,



assegurando assistência universal e gratuita, exclusiva aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, observando os princípios expressos no art. 198 da CF e art. 7º da Lei Federal 18.080/90.

O prazo de vigência do presente contrato de gestão será de 12 (doze) meses, iniciando em 23 de dezembro de 2020 e finalizando em 23 de dezembro de 2021. O primeiro repasse aconteceu no início de janeiro de 2021. A prorrogação de prazo contratual ocorreu no ato do 2º Termo Aditivo ao contrato de gestão, processo nº 2021/1299094, com prorrogação em 17 de dezembro de 2021, pactuando nova vigência contratual de 23 de dezembro de 2021 finalizando em 22 de dezembro de 2022. A prorrogação de prazo contratual ocorreu no 3º Termo Aditivo ao contrato de gestão, processo nº 2022/ 13448927, com a prorrogação em 23 de dezembro de 2022 e finalizando em 22 de dezembro de 2023. A prorrogação de prazo contratual ocorreu no 5º Termo Aditivo ao contrato de gestão, processo nº 2023/1012611, com a prorrogação em 23 de dezembro de 2023 e finalizando em 22 de dezembro de 2024 podendo ser prorrogado por períodos sucessivos no interesse de ambas as partes, mediante parecer favorável da Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA.

### **UNIDADE DE ITAITUBA – PARÁ**

Em 23 de dezembro de 2020 a entidade assinou o Contrato de Gestão nº 011/SESPA/2020, processo administrativo nº 2020/996183; 2020/1084481-SESPA, tendo como objeto o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde, no Hospital Regional Público do Tapajós., com a pactuação de indicadores de qualidade e resultados, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, assegurando assistência universal e gratuita, exclusiva aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, observando os princípios expressos no art. 198 da CF e art. 7º da Lei Federal 18.080/90.

O prazo de vigência do presente contrato de gestão será de 12 (doze) meses, iniciando em 23 de dezembro de 2020 e finalizando em 23 de dezembro de 2021. O primeiro repasse aconteceu no início de janeiro de 2021. A prorrogação de prazo contratual ocorreu no ato do 5º Termo Aditivo ao contrato de gestão, processo nº 2021/1334292, de 17 de dezembro de 2021, pactuando nova vigência contratual de 23 de dezembro de 2021 finalizando em 22 de dezembro de 2022. A prorrogação de prazo contratual ocorreu no ato do 8º Termo Aditivo ao contrato de gestão, processo nº 2022/1349121, de 22 de dezembro de 2022, pactuando nova vigência contratual de 23 de dezembro de 2022 finalizando em 22 de dezembro de 2023. A prorrogação de prazo contratual ocorreu no ato do 10º Termo Aditivo ao contrato de gestão, processo nº 2023/1009382, pactuando nova vigência contratual de 23 de dezembro de 2023 e finalizando em 22 de dezembro de 2024. Podendo ser prorrogado por períodos sucessivos no interesse de ambas as partes, mediante parecer favorável da Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA.

### **UNIDADE HRBA – PARÁ**

CONTRATO DE GESTÃO – Em 24 novembro de 2022 a entidade assinou o contrato de gestão nº 105/2020) com a pactuação de indicadores de qualidade e resultado, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, assegurando assistência universal e gratuita exclusiva aos usuários do Sistema Único de Saúde — SUS (Art. 25, inc. I do Dec. Estadual no 021/2019).

O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses (1º Termo aditivo ao contrato de gestão N° 007/SESPA/2022 processo N° 2023/369572, iniciando em 01 de dezembro de 2022 e finalizando em 01 de Dezembro de 2023, A prorrogação da vigência contratual pelo 2º Termo aditivo (Processo N° 2023/864398) é de 12 meses, iniciando em 02 de dezembro de 2023 e finalizando em 01 de dezembro de 2024. Podendo ser prorrogado por períodos sucessivos no interesse de ambas as partes, mediante parecer favorável da SESPA.



## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

### **2.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Na preparação de suas Demonstrações Contábeis, a Entidade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade, as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, notadamente na ITG 2002 (R-1) – Resolução 1.409/2012, que prescreve critérios contábeis aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, que, com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 2.2 foram aplicadas na preparação das Demonstrações Contábeis para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A instituição negocia com o ente público a quitação de todos os ativos e passivos remanescentes após o término do contrato. Esse trabalho implica em diferenciar o que de fato é déficit e o que foi gasto excedente por parte da instituição.

<b>Unidade</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Resultado</b>
Rio Acima	1.519.979	(140.085)	1.379.895
Marechal Floriano	-	(700.831)	(700.831)
Ibirité	9.087.794	(10.877.024)	(1.789.230)
Santarém - Cecovid	38.490	(37.023)	1.467
Santarém Municipal	12.802.787	(20.237.471)	(7.434.684)
Barão de Cocais	6.794.270	(5.222.967)	1.571.303

A preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração efetue estimativa e adote premissas que afetam os montantes apresentados nas Demonstrações Contábeis e respectivas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa.

Através das mudanças de critérios realizadas em 2023, a administração optou por realizar os ajustes pertinentes as contas que foram afetadas por esse critério, no exercício de 2022. Fazendo com que as demonstrações para efeito comparativo fossem vistas de forma coesa pelo leitor. Essa mudança não traz qualquer necessidade de retificação de obrigações acessórias enviadas do exercício de 2022, sendo pertinente apenas na publicação de balanço.

A emissão das presentes demonstrações contábeis foi aprovada pela diretoria da Instituição em 22 de abril de 2024.

### **2.2 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

#### **a) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Incluem dinheiro em caixa, fundos em contas bancárias de livre movimentação, mantidas em Instituições Financeiras de primeira linha.

#### **b) Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes**



Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.

#### c) **Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos**

A Entidade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas Demonstrações Contábeis de 2023 e 2022 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

#### d) **Imobilizado**

Os bens adquiridos através de doações ou comprados com verbas de custeio ou investimentos, pertencem ao poder público, conforme contrato de gestão, cabe a entidade a administração dos bens.

Os bens cedidos pelo município para o início do contrato de gestão, foram registrados no ativo em contrapartida no passivo como “bens do município em nosso poder”.

#### e) **Apuração do resultado do exercício**

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

Para os serviços contratados é considerado o período de execução destes, para apropriação ao resultado. Para a receita, é considerado o incorrido contratualmente.

<b>Descrição</b>	<b>R\$</b>
Sede Social	(18.647.140)
HRBA	-
Marechal Floriano – Contrato encerrado (Não auditado)	312.720
Rio Acima – Contrato encerrado (Não auditado)	710.692
Barão de Cocais PSF – Contrato encerrado (Não auditado)	-
Dourados	-
Santarém – Contrato encerrado (Não auditado)	13.016.266
Santarém HC – Contrato encerrado (Não auditado)	-
Itaituba	-
Castelo dos Sonhos	-
Abelardo	-
Ibirité – Contrato encerrado (Não auditado)	1.533.953

CECOVID – Contrato encerrado (Não auditado)	(1.007)
Barão de Cocais - Contrato encerrado	(520.888)
<b>Déficit do Exercício</b>	<b>(3.595.404)</b>

A operação do Instituto é diretamente ligada à execução do orçamento definido no contrato de gestão.

No exercício de 2023 a entidade apresentou déficit acumulado de (R\$ 3.595.404), assim distribuído entre os contratos:

#### **f) Provisão para Contingências**

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração da Entidade adota o procedimento de mensurar e provisionar contingências às causas impetradas contra a Entidade em função do risco de perda, baseada na classificação de risco e opinião de seus consultores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita com a finalidade de liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

#### **g) Estoques**

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da utilização por meio de prestação de serviço ou perecimento.

No início do projeto, a entidade recebeu de estoques a título de transferência da gestão anterior. Os valores foram reconhecidos em conta do ativo circulante contra passivo circulante (bens cedidos no início do projeto) e foram baixados mensalmente conforme consumo.

Além de ser baixado do passivo circulante, o consumo mensal dos bens cedidos no início do projeto foi apropriado ao resultado junto aos demais itens consumidos, sendo reconhecida em contrapartida a receita pela utilização de um estoque não adquirido com os recursos do contrato de gestão vigente.

#### **h) Patrimônio Social**

O Patrimônio Líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do superávit ou subtraído do déficit do exercício.

#### **i) Renúncia Fiscal**

A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional – CTN.

#### **j) Resultado Operacional**

Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 07 (R2) – Subvenções e Assistências Governamentais, a Subversão Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e

confrontada com as despesas que pretendem compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma “item 12 a 15”. Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa “Zero”.

A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos pactuados, acrescidas de outras receitas e deduzidas das receitas e custos operacionais, encerrando assim o Exercício com resultado Superavitário / Deficitária.

A administração através de ofícios e reuniões, está tratando do reequilíbrio financeiro para o exercício de 2024 afim de suprir o déficit do exercício. Em termos gerais, serão utilizadas as métricas de atendimentos e custos de materiais e medicamentos, onde serão apontados os dispêndios financeiros para manter o atendimento em sua plenitude.

Em 28/11/2023 a instituição deixou de gerir a unidade de Barão, tendo em vista o término do contrato de gestão. Por esse motivo, o ente público optou por não renovar esse contrato. A administração, através de ofícios e reuniões está tratando do déficit remanescente que tiveram durante a gestão.

Abaixo elencamos os documentos pertinentes as solicitações de reequilíbrio que a instituição elaborou e direcionou aos entes públicos:

<b>Projeto</b>	<b>Documento</b>	<b>Pedido</b>	<b>Valor</b>
Itaituba	Protocolo PAE 2022/956886	Indenização ref. Dissídio e incremento no repasse mensal	8.093.689
Itaituba	Protocolo PAE 2024/17001	Requerimento de Repactuação de Metas Contratuais e Reequilíbrio Econômico – Financeiro MENSAL	9.080.544
Itaituba	Mandado de segurança	Reconhecer a inexigibilidade dos encargos tributários patronais atualizado até 12/2023	863.308
Castelo	Protocolo PAE 2022/1096945	Indenização ref. Dissídio e incremento no repasse mensal	1.680.395
Castelo	Mandado de segurança	Reconhecer a inexigibilidade dos encargos tributários patronais atualizado até 12/2023	97.564
HRAS	Mandado de segurança	Reconhecer a inexigibilidade dos encargos tributários patronais atualizado até 12/2023	1.238.537
HRAS	Protocolo PAE 2022/956923	Indenização ref. Dissídio e incremento no repasse mensal	7.706.896
HRAS	Protocolo PAE 2023/572310	Indenização ref. Desequilíbrio financeiro	35.898.980
HRBA	Mandado de segurança	Reconhecer a inexigibilidade dos encargos tributários patronais atualizado até 12/2023	862.105
<b>Total</b>			<b>65.522.018</b>

#### **k) Ajustes retrospectivos decorrentes de retificação de erros**

Em decorrência de determinadas retificações de erros nas políticas contábeis, o Instituto Social Mais Saúde. efetuou ajustes retrospectivos. Como consequência, as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram retificadas, conforme previsto na Resolução no 1.179/09 do Conselho Federal de Contabilidade e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro



(NBC TG 23 (R1)), refletindo os ajustes para fins de comparabilidade entre os exercícios sociais apresentados, a seguir apresentamos conciliação da quantificação dos efeitos sobre as demonstrações contábeis.

### Ajustes de Exercícios Anteriores

O Instituto contabilizou ajustes de exercícios anteriores referente a retificações de erros patrimoniais, sendo realizados ajustes no montante de R\$ 0.

Comparativamente ao exercício anterior, o resultado foi afetado conforme demonstrado abaixo:

Grupo	DRE 2023	DRE 2022	DRE 2021
	Nova Prática	Nova Prática	Nova Prática
<b>Receitas</b>	661.135.838	504.887.792	339.811.218
<b>Despesas</b>	(664.731.242)	(549.978.185)	(350.646.629)
<b>Resultado</b>	<b>(3.595.404)</b>	<b>(45.090.393)</b>	<b>(10.835.411)</b>

#### QUADRO 1.1 - IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO EM 2022

INSTITUTO SOCIAL MAIS SAÚDE - MATRIZ

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.

(Valores expressos em reais)

	ANTERIORMENTE APRESENTADO			REAPRESENTADO		ANTERIORMENTE APRESENTADO		
	31/12/2022	AJUSTE	31/12/2022			31/12/2022	AJUSTE	31/12/2022
<b>Ativo circulante</b>					<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	23.547.228	-	23.547.228		Fornecedores	81.040.926	(2.560.502)	78.480.424
Remuneração de Convênio a Receber	342.235.869	-	342.235.869		Obrigações Trabalhistas	17.906.996	-	17.906.996
Impostos a recuperar	121.644	-	121.644		Obrigações Fiscais	6.343.785	(735.398)	5.608.387
Outros valores a receber	3.671.675	-	3.671.675		Provisões Trabalhistas	10.570.574	172.304	10.742.878
Estoques	23.371.628	-	23.371.628		Recursos de Contratos de Gestão	320.094.164	-	320.094.164
Adiantamentos	574.170	-	574.170		Estoque de terceiros	-	3.621.002	3.621.002
Outros Créditos	-	-	-		Outras contas a pagar	7.292.676	(4.742.455)	2.550.221
Despesas antecipadas	-	-	-		Outros Valores a Pagar	-	8.517.960	8.517.960
	<b>393.522.214</b>		<b>393.522.214</b>		Fornecedores - Processos judiciais	402.685	(402.685)	-
					Valores a pagar - empréstimo	-	-	-
					Contas a pagar	-	-	-
					Obrigações com empregados	-	-	-
					Impostos a pagar	-	-	-
					Provisão para contingências	4.272.911	(4.272.911)	-
						<b>447.924.717</b>	<b>(402.685)</b>	<b>447.522.032</b>
<b>Ativo não circulante</b>					<b>Passivo não circulante</b>			
Depósitos Judiciais	140.085	-	140.085		Obrigações a longo prazo	122.929	-	122.929
Contratos Anteriores a Receber	-	52.882.838	52.882.838		Recursos de Projetos	191.155.142	-	191.155.142
Remuneração de Convênio a Receber	191.155.141	-	191.155.141		Valores a pagar - Parcelamento	-	-	-
Imobilizado	18.454.224	(17.354.399)	1.099.825			<b>191.278.071</b>	<b>-</b>	<b>191.278.071</b>
	<b>209.749.450</b>	<b>35.528.439</b>	<b>245.277.889</b>					
					<b>Patrimônio Líquido</b>			
					Superávits/Déficits Acumulados	52.882.838	(52.882.838)	-
						-	(52.882.838)	-
<b>Compensação Ativo</b>					<b>Compensação Passivo</b>			
Bens Patrimoniais em nosso Poder	27.857.996	17.354.399	45.212.395		Bens Patrimoniais em nosso Poder	45.212.395	-	45.212.395
	<b>27.857.996</b>	<b>17.354.399</b>	<b>45.212.395</b>			<b>45.212.395</b>	<b>-</b>	<b>45.212.395</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>631.129.660</b>	<b>52.882.838</b>	<b>684.012.498</b>		<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>684.415.183</b>	<b>(53.285.523)</b>	<b>684.012.498</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2.1 - IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO EM 2022

INSTITUTO SOCIAL MAIS SAÚDE - MATRIZ

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022.

(Valores expressos em reais)

	ANTERIORMENTE APRESENTADO 31/12/2022	AJUSTE	REAPRESENTADO 31/12/2022
<b>Receitas operacionais</b>			
Receitas para Custeio	501.538.361	-	501.538.361
<b>(=) Receita Líquida</b>	<b>501.538.361</b>		<b>501.538.361</b>
<b>(-) Custos com saúde</b>			
Salários e ordenados	(105.787.624)	9.594.994	(96.192.630)
Serviços terceiros	(281.298.629)	25.513.935	(255.784.694)
Materias e medicamentos	(110.048.561)	9.981.463	(100.067.098)
<b>(=) Resultado bruto</b>	<b>4.403.547</b>		<b>49.493.939</b>
<b>Receitas e despesas gerais</b>			
Despesas administrativas e gerais	(31.425.561)	-	(31.425.561)
Impostos e taxas	(1.965.059)	-	(1.965.059)
Outras receitas	314.478	-	314.478
Provisões trabalhistas	(18.912.892)	-	(18.912.892)
Provisões para Contingências	-	-	-
<b>(=) Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>(47.585.487)</b>		<b>(2.495.095)</b>
Receitas financeiras	3.034.954	-	3.034.954
Despesas financeiras	(539.859)	-	(539.859)
<b>(=) Superavit (Deficit) do exercício</b>	<b>(45.090.392)</b>	-	-
Reequilíbrio Financeiro	-	45.090.392	45.090.392
<b>(=) Resultado do exercício</b>	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**QUADRO 3.1 - IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO EM 2022**

**INSTITUTO SOCIAL MAIS SAÚDE - MATRIZ**

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O PERÍODO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022.**

(Valores expressos em reais)

	<b>ANTERIORMENTE APRESENTADO 31/12/2022</b>	<b>AJUSTE</b>	<b>REAPRESENTADO 31/12/2022</b>
<b>1 Receitas</b>	<b>504.887.793</b>	-	<b>504.887.793</b>
1.1 Receitas de custeio	501.538.361	-	501.538.361
1.2 Receitas financeiras	314.478	-	314.478
1.3 Receitas com doações	3.034.954	-	3.034.954
<b>2 Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(422.772.751)</b>	<b>36.065.943</b>	<b>(386.706.808)</b>
2.1 Materiais consumidos	(110.048.561)	9.388.034	(100.660.527)
2.2 Despesas de consumo	(17.157.278)	1.463.655	(15.693.623)
2.3 Serviços contratados de terceiros	(281.298.629)	23.997.053	(257.301.576)
2.4 Despesas gerais operacionais	(14.268.283)	1.217.200	(13.051.083)
<b>3 Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>82.115.042</b>	<b>36.065.943</b>	<b>118.180.985</b>
<b>4 Distribuição do valor adicionado</b>	<b>(127.205.535)</b>	<b>9.024.550</b>	<b>(118.180.985)</b>
<b>4.1 Despesas com pessoal</b>	<b>(105.787.725)</b>	<b>9.024.550</b>	<b>(96.763.175)</b>
4.1.1 Remuneração de pessoal	(74.172.159)	6.327.486	(67.844.673)
4.1.2 Benefícios	(1.414.934)	120.705	(1.294.229)
4.1.3 Encargos sociais	(28.514.738)	2.432.538	(26.082.200)
4.1.4 Remuneração de pessoal / S vínculo	(1.685.894)	143.820	(1.542.074)
<b>4.3 Impostos e taxas</b>	<b>(1.965.059)</b>	-	<b>(1.965.059)</b>
4.3.2 Impostos e taxas diversas	(1.965.059)	-	(1.965.059)
<b>4.4 Despesas financeiras</b>	<b>(539.859)</b>	-	<b>(539.859)</b>
4.3.2 Despesas financeiras	(539.859)	-	(539.859)
<b>4.6 Provisões</b>	<b>(18.912.892)</b>	-	<b>(18.912.892)</b>
4.6.1 Provisões Trabalhistas	(18.912.892)	-	(18.912.892)
4.6.2 Provisões de Contingências			
<b>5 Financiadores</b>	-	-	-
5.1 Juros	-	-	-
5.2 Aluguéis	-	-	-
<b>6 Valor total distribuído</b>	<b>(127.205.535)</b>	<b>9.024.550</b>	<b>(118.180.985)</b>
<b>7 Déficit</b>	<b>(45.090.493)</b>	<b>45.090.493</b>	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**QUADRO 4.1 - IMPACTO DA RETIFICAÇÃO DE ERRO EM 2022**
**INSTITUTO SOCIAL MAIS SAÚDE - MATRIZ**
**DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA PARA O PERÍODO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022.**

(Valores expressos em reais)

	<b>ANTERIORMENTE APRESENTADO 31/12/2022</b>	<b>AJUSTE</b>	<b>REAPRESENTAD O 31/12/2022</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Resultado do exercício	(54.638.551)	54.638.551	-
	<b>(54.638.551)</b>	<b>54.638.551</b>	<b>-</b>
<b>Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo</b>			
Redução / Aumento de Remuneração de Convênio a Receber	67.836.200	(126.062.383)	(58.226.183)
Redução / Aumento de Impostos a recuperar	-	(651.909)	(651.909)
Redução / Aumento de Outros valores a receber	8.979.123	(2.599)	8.976.524
Redução / Aumento de Estoques	(11.323.375)	(97.872)	(11.421.247)
Redução / Aumento de Adiantamentos	(398.221)	-	(398.221)
Redução / Aumento de Outros Créditos	-	-	-
Redução / Aumento de Despesas antecipadas	-	(75.144)	(75.144)
Redução / Aumento de Depósitos Judiciais	-	-	-
Redução / Aumento de Contratos Anteriores a Receber	-	(18.015.986)	(18.015.986)
Redução / Aumento de Remuneração de Convênio a Receber	-	-	-
Redução / Aumento de Fornecedores	34.983.810	(2.305.889)	32.677.921
Redução / Aumento de Obrigações Trabalhistas	7.956.464	-	7.956.464
Redução / Aumento de Obrigações Fiscais	221.231	(990.011)	(768.780)
Redução / Aumento de Provisões Trabalhistas	4.820.642	165.962	4.986.604
Redução / Aumento de Recursos de Contratos de Gestão	(89.466.050)	129.741.820	40.275.770
Redução / Aumento de Estoque de terceiros	-	-	-
Redução / Aumento de Outras contas a pagar	4.712.113	3.776.454	8.488.567
Redução / Aumento de Outros Valores a Pagar	-	-	-
Redução / Aumento de Fornecedores - Processos judiciais	-	-	-
Redução / Aumento de Valores a pagar - empréstimo	-	-	-
Redução / Aumento de Contas a pagar	-	-	-
Redução / Aumento de Obrigações com empregados	-	-	-
Redução / Aumento de Impostos a pagar	-	-	-
Redução / Aumento de Provisão com Empregado	-	-	-
Redução / Aumento de Obrigações a longo prazo	-	-	-
Redução / Aumento de Recursos de Projetos	-	-	-
Redução / Aumento de Valores a pagar - Parcelamento	-	-	-
Redução / Aumento de Bens Patrimoniais em nosso Poder	-	(22.841.740)	(22.841.740)
	<b>28.321.937</b>	<b>(37.359.297)</b>	<b>(9.037.360)</b>
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>(26.316.614)</b>	<b>17.279.254</b>	<b>(9.037.360)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento:</b>			
Imobilizado	(1.174.970)	(17.279.254)	(18.454.224)
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b>	<b>(1.174.970)</b>	<b>(17.279.254)</b>	<b>(18.454.224)</b>
<b>Aumento/(redução) líquida de caixa</b>	<b>(27.491.584)</b>	<b>-</b>	<b>(27.491.584)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	51.038.812	-	51.038.812
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	23.547.228	-	23.547.228
<b>Aumento/(redução) líquida de caixa</b>	<b>(27.491.584)</b>	<b>-</b>	<b>(27.491.584)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<b>31/12/2023</b>	<b>REAPRESENTADO 31/12/2022</b>
Fundo Fixo	3.033	830
Contas Correntes	101	626
Aplicações Financeiras	37.028.982	23.545.772
	<b>37.032.116</b>	<b>23.547.228</b>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

### 4. REMUNERAÇÃO DE CONVÊNIO A RECEBER

#### Remuneração de Convênio a Receber

	<b>31/12/2023</b>	<b>REAPRESENTADO 31/12/2022</b>
<i>Circulante</i>		
Contrato de gestão - recursos públicos	315.081.649	329.662.022
Outros valores a receber	17.168.350	12.489.847
Convênio - instituições de ensino	57.250	30.000
Recursos cirurgias/cataratas	-	54.000
Subvenções governamentais	15.799.177	-
<i>Não Circulante</i>		
Contrato de gestão - recursos públicos	217.139.893	191.155.141
	<b>565.246.319</b>	<b>533.391.010</b>

### 5. ESTOQUES

	<b>31/12/2023</b>	<b>REAPRESENTADO 31/12/2022</b>
Medicamentos	6.583.250	11.984.505
Materiais hospitalares	5.722.885	8.255.256
Material de higiene e limpeza	62.531	135.704
Material de uso e consumo	142.693	230.552
Dieta enteral	139.565	293.256
Materiais de manutenção	298.228	704.050
Material de expediente	160.103	391.742
Gases medicinais	27.273	282.194
Gêneros alimentícios	5.089	26.035
Material laboratorial	5.553	23.579
Copa e cozinha	-	13.264
Material médico inicial - HGCS	23.001	25.276
Material de uso e consumo inicial - HGCS	11.677	159.089
Estoque em trânsito	490.577	813.566
OPME	393.474	33.560
	<b>14.065.899</b>	<b>23.371.628</b>

## 6. CONTRATOS DE GESTÃO ANTERIORES A RECEBER

	<u>31/12/2023</u>	<b>REAPRESENTADO</b> <u>31/12/2022</u>
	Contas a Receber - Contrato de gestão	46.317.367
	<b>46.317.367</b>	<b>52.882.838</b>

A administração, no sentido de garantir a continuidade da operação e poder atender todos os usuários SUS, vem realizando reuniões de forma frequente e demonstrando a situação da unidade ao gestor público.

Abaixo demonstramos os documentos enviados para o ente público solicitando tais equilíbrios financeiros:

<b>Projeto</b>	<b>Documento</b>	<b>Pedido</b>	<b>Valor</b>
HRAS	Mandado de segurança	Reconhecer a inexigibilidade dos encargos tributários patronais atualizado até 12/2023	1.238.537
HRAS	Protocolo PAE 2022/956923	Indenização ref. Dissídio e incremento no repasse mensal	7.706.896
HRAS	Protocolo PAE 2023/572310	Indenização ref. Desequilíbrio financeiro	35.898.980
Itaituba	protocolo PAE 2022/956886	Indenização ref. Dissídio e incremento no repasse mensal	8.093.689
Itaituba	protocolo PAE 2024/17001	Requerimento de Repactuação de Metas Contratuais e Reequilíbrio Econômico – Financeiro MENSAL	9.080.544
Itaituba	Mandado de segurança	Reconhecer a inexigibilidade dos encargos tributários patronais atualizado até 12/2023	863.308
HRBA	Mandado de segurança	Reconhecer a inexigibilidade dos encargos tributários patronais atualizado até 12/2023	862.105
Castelo	protocolo PAE 2022/1096945	Indenização ref. Dissídio e incremento no repasse mensal	1.680.395
Castelo	Mandado de segurança	Reconhecer a inexigibilidade dos encargos tributários patronais atualizado até 12/2023	97.564
<b>Total</b>			<b>65.522.018</b>

A instituição negocia com o ente público a quitação de todos os ativos e passivos remanescentes após o término do contrato. Esse trabalho implica em diferenciar o que de fato é déficit e o que foi gasto excedente por parte da instituição.

<b>Projeto</b>	<b>Documento</b>	<b>Pedido</b>	<b>Valor</b>
Rio Acima	Processo Judicial 5002992-63.2019.8.13.0188	Pagamento de saldo a receber do contrato de gestão atualizado	1.519.979
Marechal Floriano	Cobrança administrativa	Indenização referente déficit acumulado	(700.831)
Ibirité	TAC assinado	Indenização referente déficit acumulado	9.087.794
Santarém - Cecovid	Ofício a Secretaria Municipal de Saúde	Solicitação de esclarecimento de recurso não repassado	38.490
Santarém Municipal	Ação Civil Pública nº. 0812959-15.2021.8.14.0051	reconheceu o crédito do ISMS	12.624.598

## 7. IMOBILIZADO

Bens transferidos pelo ente público a instituição que fará a gestão e estará responsável pelo guarda, e registrados conforme valor de aquisição. Qualquer destinação realizada deve ser informada ao ente público para que o controle se mantenha íntegro. A depreciação dos bens não é realizada pela instituição, que posteriormente serão devolvidos ao ente público.

	<b>REAPRESENTADO</b>			
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2023</b>		
Custo de aquisição	Inicial	Adições	Baixas	Final
Móveis e utensílios	528.638	30.840	-	559.478
Máquinas e equipamentos	571.187	110.945	-	204.251
	<u>1.099.825</u>	<u>141.785</u>	<u>-</u>	<u>763.729</u>



## 8. FORNECEDORES

	<b>31/12/2023</b>	<b>REAPRESENTADO 31/12/2022</b>
Medicamentos	13.821.402	14.715.703
Materiais hospitalares	17.907.704	13.244.195
Material de uso e consumo	201.188	402.685
Serviços médicos	20.732.388	23.797.459
Serviços odontológicos	318.416	50.613
Material de expediente	223.971	189.719
Materiais e serviços de manutenção	3.065.135	3.432.704
Serviços de assessoria e consultoria	2.852.976	2.047.681
Generos alimentícios	4.651.392	4.344.410
Serviços técnicos/imagens e análises	3.539.512	5.609.174
Cessão de mão de obra	-	84.340
Equipamentos e instalações	598.187	1.091.073
Outros serviços de terceiros	5.155.353	3.406.423
Materiais e serviços de informática	893.796	845.430
Despesas com veículos	66.991	101.569
Serviços gráficos	64.148	82.596
Viagens e estadias	71.518	65.464
Marketing propagandas e publicidade	-	15.000
Material de higiene e limpeza	1.356.546	1.560.803
Locações	2.855.482	3.022.053
OPME	496.653	371.330
	<b>78.872.758</b>	<b>78.480.424</b>

## 9. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	<b>31/12/2023</b>	<b>REAPRESENTADO 31/12/2022</b>
INSS s/notas fiscais de terceiros	391.430	642.184
IRRF s/notas fiscais de terceiros	303.552	1.036.142
CSRF s/notas fiscais de terceiros	929.064	3.565.870
ISS s/notas fiscais de terceiros	338.628	362.033
IRRF s/ aluguel	2.143	2.158
	<b>1.964.817</b>	<b>5.608.387</b>

### (\*) Parcelamentos Tributários

#### SANTAREM

Em 06/2021 a entidade aderiu ao parcelamento de INSS referente ao período de 11/2020, conforme DECAB 17.935.346-2 a ser dividido em 60 parcelas.

Valor principal:	643.438
Juros e multa	15.457
Total:	643.438
Pago até 31/12/2023:	(198.101)
<b>Saldo a pagar:</b>	<b>445.333</b>
Parcela circulante	-
Parcela não circulante	445.333

## 10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>REAPRESENTADO 31/12/2022</u>
Salários a pagar	6.381.300	6.679.191
Encargos sobre salários	8.463.857	11.227.805
	<u><b>14.845.157</b></u>	<u><b>17.906.996</b></u>

## 11. PROVISÕES TRABALHISTAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>REAPRESENTADO 31/12/2022</u>
Provisão de férias	12.124.445	10.742.878
	<u><b>12.124.445</b></u>	<u><b>10.742.878</b></u>

## 12. RECURSOS CONTRATOS DE GESTÃO

	<u>31/12/2023</u>	<u>REAPRESENTADO 31/12/2022</u>
<i>Circulante</i>		
Contrato de gestão - recursos públicos	299.795.595	320.063.564
Outros valores a receber	806.831	-
Convenio - instituições de ensino	-	30.600
<i>Não Circulante</i>		
Contrato de gestão - recursos públicos	217.175.873	191.155.142
	<u><b>517.778.299</b></u>	<u><b>511.249.306</b></u>

## 13. FORNECEDORES – PROCESSOS JUDICIAIS

	<u>31/12/2023</u>	<u>REAPRESENTADO 31/12/2022</u>
Processos judiciais	8.732.131	-
Fornecedores contratos encerrados - Ibirité	3.422.812	-
Fornecedores contratos encerrados - Santarém	10.353.742	-
Fornecedores contratos encerrados - barão	1.664.413	-
	<u><b>24.173.098</b></u>	<u><b>-</b></u>

No exercício atual, identificamos fornecedores envolvidos em processos judiciais. A administração monitora esses casos e avalia possíveis impactos financeiros, considerando os valores líquidos no momento da negociação. Não há estimativa confiável dos valores envolvidos até o momento. Estamos comprometidos em fornecer atualizações relevantes conforme novos desenvolvimentos. Esta nota visa informar sobre esses processos e garantir transparência nas demonstrações financeiras.

## 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2023, e descrito em notas explicativas dos anos anteriores, o Instituto procedeu os ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem a Norma NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental.

O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece a Norma ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre “zero”.



Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, o Instituto optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2023 e 2022, respectivamente.

#### **15. COBERTURA DE SEGUROS**

A entidade não mantém apólice de seguros para cobertura de eventuais sinistros de seus bens patrimoniais, ou aqueles sob sua responsabilidade.

#### **16. APLICAÇÃO DE RECURSOS**

Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

#### **17. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Não há eventos subsequentes de 1º de janeiro de 2024 até data de emissão dessas demonstrações contábeis e, que sejam necessárias divulgações adicionais, conforme CPC 24.

---

CARLA SOARES ALVES  
FUNÇÃO: DIRETORA PRESIDENTE  
CPF: 269.127.118-80

---

RT: FELIPE JOSÉ DA SILVA JUNIOR  
CRC: 1SP297249  
CPF: 273.869.828-01

## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023***

**Instituto Social Mais Saúde**  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto Social Mais Saúde**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas a entidades sem fins lucrativos.

### **Base para opinião com ressalva**

#### **Estoque - Inventário físico**

Fomos designados como auditores do Instituto em 08 de abril de 2024 e, portanto, não acompanhamos o inventário físico dos estoques em 31 de dezembro de 2023. Não foi possível nos satisfazermos por meios alternativos quanto à existência dos estoques naquela data. A ausência deste procedimento se constitui em limitação do escopo de nossos trabalhos e, portanto, não foi possível obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente que nos permitisse concluir pela adequação ou não do saldo de R\$ R\$ 14.065.899 de estoques contabilizado em 31 de dezembro de 2023.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### **Outros assuntos**

#### **Contrato de Gestão**

Conforme descrito na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, o instituto opera com Contratos de Gestão, tendo como objeto o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde. Nosso parecer não contém ressalva quanto a esse assunto.

## **Reapresentação dos Valores Correspondentes do Exercício Social de 2022**

Conforme mencionado na nota "2 k", os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial e as informações contábeis correspondentes relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 (IAS 08) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no CPC 26 (IAS 01) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada à adequação da reclassificação de exercícios anteriores.

## **Demonstrações do Valor Adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração, não foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Instituição. Não podemos, portanto, emitir nossa opinião sobre este assunto, não garantindo a integralidade da aplicação dos critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".

## **Demonstrações contábeis do exercício de 2022 - Valores comparativos**

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores que emitiram relatório de opinião sem ressalva em 14 de abril de 2023.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 22 de abril de 2024

Acharya Auditoria e Consultoria Ltda.  
CRC 2SP041.414/O-8

Wander Pinto  
Contador CRC 1SP150.783/O-6

Leunam Batista da Silva  
Contador CRC 1SP269.321/O-9